

Apesar de acordo controverso, movimentos sociais prosseguem com mobilização na Bolívia

O Observatório Internacional do PSOL traduziu abaixo três matérias jornalísticas publicadas em diferentes meios que resumem a situação político de momento Bolívia. Confira abaixo!

GOVERNO DE FATO PROMULGA NOVA LEI PARA POSTERGAR AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS PARA 18 DE OUTUBRO

FONTE: [Resumen Latinoamericano](#) | 14/08/2020

A presidenta de facto boliviana, Jeanine Áñez, promulgou nesta quinta-feira uma nova Lei para realizar as eleições gerais no próximo 18 de outubro no país sul-americano.

Com este anúncio é a terceira ocasião que o Governo de facto modifica a data das eleições na Bolívia, a primeira vez havia sido definido a data de 2 de agosto, depois passou para 6 de setembro e agora para 18 de outubro do presente ano.

«Sofremos uma traição e isso deve ser conhecido pelo povo, esta Lei nunca foi consensuada conosco, com o povo boliviano», denunciou o secretário Executivo da Central Obrera Boliviana, Juan Carlos Huarachi.

Por sua vez, líderes de organizações sociais que se mantêm em protesto exigindo o restabelecimento da democracia e a data concreta para as eleições, destacaram que consultarão suas bases sobre a decisão do Executivo de facto.

Assim mesmo, o secretário Executivo da Confederação de Comunidades Interculturais, Henry Nina, advertiu que pretende

dividir a união da base social, “há interesses alheios que pretendem nos dividir, mas o Pacto Geral está unificado”, sentenciou.

Desde que se perpetrou o golpe de Estado contra Evo Morales, o país entrou numa profunda crise social e econômica, a qual se intensifica no marco da pandemia da Covid-19 onde organizações sociais denunciam a má gestão de Áñez, assim como as possíveis irregularidades quanto à compra de ventiladores para pacientes.

CABILDO CAMPESINO RECHAÇA LEVANTAR BLOQUEIO E PEDE A RENÚNCIA DE ÁÑEZ

Fonte: [La Razón](#) | 14/08/2020

O *cabildo* das 20 províncias de La Paz que se levou a cabo nesta sexta-feira em El Alto determinou não acatar o levantamento de bloqueios disposto pela Central Obrera Boliviana (COB) e continuar com as mobilizações até a renúncia da presidenta transitória, Jeanine Áñez, além de pedir um julgamento de responsabilidades contra os integrantes de seu governo.

Centenas de camponeses foram parte da mobilização depois do meio-dia, depois de que os dirigentes da COB e do Pacto de Unidade haviam anunciado que levantavam os fechamentos de estradas para se declarar em vigília até 18 de outubro, quando devem ser realizadas as eleições depois da promulgação de uma lei que foi parte de um acordo político.

No ato, quando se deu leitura à resolução, se indicou que a primeira demanda é exigir a demissão de Áñez, por haver deixado a população sem saúde, haver determinado o fechamento do ano escolar, não haver tomado as medidas para evitar uma crise econômica e ter-se oposto às eleições gerais.

Também se demandou a Assembleia Legislativa fazer cumprir a

recente lei de “arraigo”, que determina que uma vez concluído seu mandato, suas autoridades nacionais, departamentais e municipais não podem abandonar o país por três meses, até que rendam informes a quem ocupe seus postos, para evitar impunidade em atos de corrupção.

Assim mesmo, foram declarados “traidores” à COB e o Pacto de Unidade, por sua aceitação da data das eleições e haver decidido o fim dos protestos no país. Isso não é tudo, pediu-se um julgamento de responsabilidades contra o governo de Añez, pelos falecidos e feridos em seu mandato transitório.

“Como povos indígenas, originário campesino e de todas as organizações sociais a nível nacional, declaramos a defesa dos recursos naturais da Bolívia”, indica a resolução, que também exige ao Legislativo uma lei de garantias para todos os dirigentes, num prazo de 72 de horas.

RADICAIS DO ORIENTE E OCIDENTE APONTAM A MANTER O CONFLITO

FONTE: [Pagina Siete](#) | 15/08/2020

Depois da decisão da direção da Central Obrera Boliviana (COB) e do Pacto de Unidade de suspender temporariamente suas mobilizações, emergiram dois focos de conflito: um no oriente, onde os cívicos crucenhos pedem anular a convocatória às eleições, e outro no ocidente, onde setores mobilizados de La Paz pedem a renúncia da presidente Jeanine Añez.

Na jornada passada, a direção cobista decidiu dar uma trégua até 18 de outubro (18-0), data das eleições, porque – a seu juízo – no Governo “não vão querer transmitir o cargo”.

Não obstante, os cívicos crucenhos rechaçam o dia 18 de outubro como o dia de votação. Tanto que camponeses, professores rurais e outros setores de La Paz deixaram de lado a data e agora exigem a renúncia de Añez.

O presidente do Comitê Pro Santa Cruz, Rómulo Calvo, questionou o que chamou uma “negociação” entre o Governo e os dirigentes da COB e do Pacto de Unidade para levantar as mobilizações. Reprovou, além disso, que se disponha que o eleitorado vá para “eleições obrigadas”.

O líder cívico observou o trabalho do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) e advertiu: “Não nos obriguem senhores, porque o povo está nas ruas”.

“Isso nós não podemos aceitar. Essas eleições até o dia de hoje o Tribunal Eleitoral não nos demonstrou em nenhum momento que um comitê científico nos dá as garantias de que os bolivianos possamos ir a votar sem nos contagiar. (...) Não queremos ir a eleições obrigadas com as condições do MAS que nos deixaram. Queremos ir a eleições quando esta pandemia nos dê a liberdade de remover as máscaras”, manifestou.

Na mais recente Assembleia da Cruceñidad se determinou exigir a renúncia do presidente do TSE, Salvador Romero, além de anular a convocatórias às eleições e convocar um novo processo.

Ontem, em El Alto foi realizado um cabildo das 20 províncias pacenhas, do qual participaram camponeses, professores rurais, a FEJUVE e outras organizações que anunciaram que continuarão com os bloqueios no departamento até Añez se demita.

“O povo se cansou de esperar a burla do Tribunal Supremo Eleitoral pedindo eleições, portanto, o pedido definitivo de todas as organizações sociais do departamento de La Paz é o abandono imediato de Añez (da Presidência). Deve ir embora”, disse um dos dirigentes que leu as conclusões do cabildo.

A Alcaldía de El Alto denunciou que uma vez finalizado o cabildo, alguns manifestantes quebraram portas e janelas do Conselho Municipal e da Escola Municipal de Belas Artes.

Felipe Quispe, chamado como o “comandante de bloqueios”,

ratificou a continuidade dos cortes de ruas apesar da determinação da COB de suspender temporariamente as mobilizações. Qualificou como um “aberração” que o secretário executivo dessa organização, Juan Carlos Huarachi, aceitasse que as eleições sejam realizadas em 18 de outubro, como dispôs o TSE.

“Nós vamos manter os bloqueios de estrada, não temos por que levantar, porque não há confiança na presidenta transitória, porque é uma mulher mentirosa”, sustentou Quispe, que também é conhecido como El Mallku.

O vice-ministro de Coordenação Governamental, Israel Alanoca, declarou ao Página Siete que já não há nenhum motivo para os bloqueios e que se persistem, a Polícia deverá intervir.

“Não há mais argumentos e desculpas para continuar com os bloqueios, já existe uma lei e se persistirem os bloqueios, o Governo fará uso do que a Constituição e a lei nos derem poder, através da Polícia Boliviana (...) Você não pode permitir bloqueios que prejudiquem a saúde ”, disse Alanoca.

A autoridade informou que dos 130 bloqueios registrados em território nacional, pelo menos 50% já foram levantados.

Do trópico de Cochabamba, o líder cocaleiro e candidato a senador por MAS Andrónico Rodríguez informou que as seis federações dos trópicos decidiram acatar o intervalo e levantar os bloqueios naquela região.

No sudoeste de Potosí, onde há dois dias começaram a bloquear estradas, também aproveitaram o intervalo em suas mobilizações, mas – indicaram – mantendo seu “estado de emergência”.